

# Diário do Legislativo de 04/05/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Mesa da Assembléia

2.3 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 27ª reunião ordinária, EM 4/5/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 187/99, do Deputado Rogério Correia, que institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público Estadual, revoga a Lei nº 5.719, de 22/6/71, e dá outras providências. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.992, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Patrocínio. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.891, que dispõe sobre instalações sanitárias para uso de passageiros em estações rodoviárias e pontos de parada de ônibus intermunicipais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.995, que dispõe sobre o pagamento de pensão pela Caixa Beneficente da Guarda Civil e da Inspeção de Veículos de Belo Horizonte. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.999, que dispõe sobre a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, nos termos da Lei Federal nº 9.424, de 24/12/96. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.004, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.009, que cria a Ouvidoria Ambiental do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.026, que dispõe sobre declaração de bens de cidadãos que exerçam cargo ou função pública e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.052, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do IPSEMG - CODEI. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.068, que cria o Serviço de Orientação Psicopedagógica nas escolas da rede pública estadual. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.015, que estabelece normas para concursos públicos promovidos pelo Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.927, que dispõe sobre a quitação de crédito tributário com precatórios. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 139/99, do Deputado Olinto Godinho, que dá nova redação ao § 1º do art. 9º da Lei nº 10.594, de 7/1/92. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 23/99, do Deputado Paulo Piau, que altera dispositivo da Lei nº 13.194, de 29/1/99. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 18/99, do Deputado Ambrósio Pinto, que aprova convênio celebrado entre os Municípios de Visconde do Rio Branco e São Geraldo para modificação de limites territoriais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 10/99, do Deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 11/99, da Deputada Maria José Haueisen, que institui procedimentos especiais para prevenção e detecção das Lesões por Esforços Repetitivos - LER. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 14/99, da Deputada Maria José Haueisen, que institui o Fundo Rotativo de Fomento à Agricultura Familiar e de Viabilização de Assentamentos Agrários no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 16/99, dos Deputados Rogério Correia e Maria José Haueisen, que dispõe sobre a criação da Brigada Voluntária de Incêndio. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 84/99, do Deputado João Leite, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 13.054, de 23/12/98, que dispõe sobre o transporte de preso provisório e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 105/99, do Deputado João Batista de Oliveira, que torna públicos os documentos dos arquivos do DOPS, no período de 1964 a 1985. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 4/5/99

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 19/99, de Bancada do PT; 64 e 67/99, do Deputado Bilac Pinto; 78/99, do Deputado Marcelo Gonçalves; 81/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 10 horas do dia 4/5/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 141/99, do Deputado Sebastião Costa, e 146/99, do Deputado Edson Rezende.

Requerimento nº 252/99, do Deputado Arlen Santiago.

Finalidade: realização de audiência pública com representantes de entidades públicas e privadas para prestarem esclarecimentos a esta Comissão acerca das denúncias feitas pelo Sindicato dos Petroleiros - SINDIPETRO -, nas quais se apontam irregularidades trabalhistas, na segurança no trabalho e relativas à violação de direitos humanos por parte da Superintendência da Refinaria Gabriel Passos - REGAP.

Convidados: Srs. Elias Menezes Oliveira, Superintendente da Superintendência da REGAP-PETROBRAS; Wellington Gaia, Delegado Regional do Trabalho em Minas Gerais; Rômulo de Carvalho Ferraz, Promotor de Justiça do Ministério Público; Márcio Nicolau Machado, Diretor-Presidente do SINDIPETRO.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 15 horas do dia 4/5/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 6/99, do Deputado Ailton Vilela; Projetos de Lei nºs 112/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 164/99, do Deputado Rogério Correia; 176/99, do Deputado João Paulo; 149 e 185/99, do Deputado Ermano Batista; 189/99, do Deputado Paulo Piau; 172, 193 e 221/99, do Governador do Estado; 140/99, do Deputado Mauri Torres; 155/99, do Deputado Chico Rafael; 162 e 175/99, do Deputado Ronaldo Canabrava; 181/99, do Presidente de Tribunal de Justiça; 183/99, do Deputado Irani Barbosa; 186/99, do Deputado Amílcar Martins; 188/99, da Deputada Maria José Hauelsen; 197/99, do Deputado Alberto Bejani; 202/99, da Deputada Maria Olívia; 203/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 204/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 216/99, do Deputado Eduardo Daladier.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 215/99, do Deputado Eduardo Daladier; 234/99, do Deputado Miguel Martini; 235/99, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 4/5/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 265/99, do Deputado Carlos Pimenta.

Finalidade: ouvir os planos e as metas do Estado para o fomento da indústria e do comércio em 1999, a ação do SEBRAE-MG nas referidas áreas e o impacto do Programa MicroGerais sobre as pequenas e as microempresas.

Convidados: Srs. Geraldo Gomes Rezende, Secretário da Indústria, Comércio e Turismo; Francisco Américo Paiva, Presidente do SEBRAE-MG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 5/5/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 97/99, do Deputado Wanderley Ávila.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 250/99, do Deputado Amílcar Martins; 257, 258 e 260/99, do Deputado Dimas Rodrigues; 262/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 5/5/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 117/99, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 37/99, do Deputado Rogério Correia; 69/99, do Deputado Eduardo Brandão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 229/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 261/99, do Deputado João Batista de Oliveira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 5/5/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 5/5/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: realizar audiência pública destinada a obter esclarecimentos sobre o impacto ambiental e possíveis irregularidades ocorridas na execução das obras de construção da Estação do Metrô José Cândido da Silveira no Horto Florestal e adjacências, na região nordeste de Belo Horizonte.

Convidados: Srs Antônio Carlos Pereira, Presidente da BHTrans; Juarez Amorim, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Presidente do COMAM; Betinho Duarte, 1º-Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Paulo André Barros Mendes, relator do COMAM e representante de entidades ambientalistas; Laudelina Garcia de Carvalho, arquiteta e representante do Fórum Permanente de Gestão Ambiental da Região; Magdala Alencar Teixeira, Presidente da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC; Mário de Lacerda Werneck Neto, coordenador da Comissão de Meio Ambiente da OAB-MG; Francisco César de Sá Barreto, Reitor da UFMG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 5/5/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 12/99, da Deputada Maria José Hauelsen; 77/99, do Deputado Wanderley Ávila.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 167/99, do Deputado Fábio Avelar; 186 e 187/99, da Deputada Elaine Matozinhos; 188, 189, 190 e 191/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 193/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 202/99, do Deputado José Alves Viana; 216, 217, 218, 220 e 221/99, do Deputado Gil Pereira; 222/99, do Deputado Agostinho Patrús; 223 e 224/99, do Deputado José Milton; 233/99, do Deputado Fábio Avelar; 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247 e 248/99, do Deputado Dimas Rodrigues; 253, 254, 255 e 256/99, do Deputado Christiano Canêdo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 6/5/99

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir, em audiência pública, os seguintes convidados: Srs. Armando Gonçalves Costa, Secretário da Saúde; Mozart Oliveira Júnior, membro do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde - CONASENS -; Ivan Batista Coelho, Secretário Municipal de Saúde de Betim; Fued Dib, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; Avenor Augusto Montandon, Vereador à Câmara Municipal de Araxá; João Gualberto Bicalho, Presidente do Colegiado de Secretários Executivos dos Consórcios Municipais de Saúde, que avaliarão o quadro da Saúde Pública no Estado de Minas Gerais

### Discussão e votação de proposições da Comissão.

#### EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

##### Edital de Convocação

##### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 4/5/99, destinada à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 13.891, que dispõe sobre instalações sanitárias para uso de passageiros em estações rodoviárias e pontos de parada de ônibus intermunicipais; 13.927, que dispõe sobre a quitação de crédito tributário com precatórios; 13.992, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Patrocínio; 13.995, que dispõe sobre o pagamento de pensão pela Caixa Beneficente da Guarda Civil e da Inspeção de Veículos de Belo Horizonte; 13.999, que dispõe sobre a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério; 14.004, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica; 14.009, que cria a Ouvidoria Ambiental do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 14.015, que estabelece normas para concursos públicos promovidos pelo Estado; 14.026, que dispõe sobre declaração de bens de cidadãos que exerçam cargo ou função pública e dá outras providências; 14.052, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do IPSEMG - CODEI -; e 14.068, que cria o Serviço de Orientação Psicopedagógica nas escolas da rede pública estadual; dos Projetos de Lei nºs 10/99, do Deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica; 11/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que institui procedimentos especiais para prevenção e detecção das Lesões por Esforços Repetitivos - LER -; 14/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que institui o Fundo Rotativo de Fomento à Agricultura Familiar e de Viabilização de Assentamentos Agrários no Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 16/99, dos Deputados Rogério Correia e Maria José Hauelsen, que dispõe sobre a criação da Brigada Voluntária de Incêndio; 23/99, do Deputado Paulo Piau, que altera dispositivo da Lei nº 13.194, de 29/1/99; 84/99, do Deputado João Leite, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 13.054, de 23/12/98; 105/99, do Deputado João Batista de Oliveira, que torna públicos os documentos dos arquivos do DOPS, no período de 1964 a 1985; 123/99, do Deputado Carlos Pimenta, que institui o Dia da Família Mineira; 139/99, do Deputado Olinto Godinho, que dá nova redação ao § 1º do art. 9º da Lei nº 10.594, de 7/1/92; e 194/99, do Governador do Estado, que cria a Assessoria Especial de Assuntos Internacionais e do Cerimonial e dá outras providências; e do Projeto de Resolução nº 18/99, do Deputado Ambrósio Pinto, que aprova convênio celebrado entre os Municípios de Visconde do Rio Branco e São Geraldo para modificação de limites territoriais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 3 de maio de 1999.

Anderson Aduino, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Braga, Durval Ângelo, Dilzon Melo e Gil Pereira, membros da Mesa da Assembléia, para a reunião a ser realizada em 4/5/99, às 18h30min, no Salão Nobre, com a finalidade de se apreciarem os Requerimentos nºs 42/99, da Comissão de Direitos Humanos; 44/99, do Deputado Antônio Júlio; 46/99, do Deputado Sebastião Costa; 50/99, do Deputado Marco Régis; 54/99, do Deputado Rêmollo Aloise; 56/99 da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação dos Titulares do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - DEOP - e do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG -; 68/99, do Deputado Márcio Kangussu; 74/99, do Deputado Amilcar Martins; 76/99, do Deputado Alberto Bejani; 81 e 82/99, da Comissão de Direitos Humanos; 90/99, do Deputado Amilcar Martins; 117/99, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; 118/99, do Deputado Dimas Rodrigues; 126 e 127/99, do Deputado Miguel Martini; 128 e 129/99, do Deputado Amilcar Martins; 142/99, do Deputado Wanderley Ávila; 147/99, do Deputado Miguel Martini; 151/99, do Deputado Anderson Aduino; 152/99, do Deputado Alberto Bejani; 159/99, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; 170/99, da Comissão de Defesa do Consumidor; 172/99, da Comissão Especial da Seca do Norte de Minas; 184/99, do Deputado Anderson Aduino; 200/99, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; 203/99, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; 204/99, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; 212/99, do Deputado Ailton Vilela; 230/99, do Deputado Antônio Roberto; e de se discutirem e apreciarem os requerimentos sem número.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 3 de maio de 1999.

Anderson Aduino, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 9/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Márcio Cunha, Alencar da Silveira Júnior e Chico Rafael, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/5/99, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer para o 1º turno, do relator, Deputado Márcio Cunha.

Sala das Comissões, 4 de maio de 1999.

Fábio Avelar, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Piau, Dimas Rodrigues, Luiz Fernando e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/5/99, às 10 horas, no Auditório do SEST-SENAT, no Município de Pouso Alegre, com a finalidade de discutir, em audiência pública, a situação dos bataticultores do Sul de Minas, com os seguintes convidados: representantes da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Associação dos Bataticultores de Minas Gerais - ABAMIG -; da FAEMG; da EMATER-MG; da EPAMIG; do IMA; do Banco do Brasil, regional de Pouso Alegre; Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais da região e outros.

Sala das Comissões, 3 de maio de 1999.

João Batista de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Seca no Norte de Minas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Agostinho Silveira, Carlos Pimenta, Dalmo Ribeiro Silva e João Batista de Oliveira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/5/99, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvir o Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da CEMIG, que irá discorrer sobre os problemas relativos à distribuição e à tarifação de energia elétrica em áreas de irrigação na Área Mineira da SUDENE, bem como sobre o atual estágio de desenvolvimento do projeto de construção da hidrelétrica de Irapé, no vale do Jequitinhonha.

Sala das Comissões, 3 de maio de 1999.

Dimas Rodrigues, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Djalma Diniz, Marco Régis, Maria Olívia e Paulo Pettersen, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/5/99, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e de se votarem pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Sala das Comissões, 3 de maio de 1999.

Elmo Braz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI da Carteira de Habilitação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Ivo José, Christiano Canêdo, José Alves Viana, Miguel Martini e Márcio Cunha, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/5/99, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem os Srs. Robson Maria dos Santos, Sebastião Gualter Martins e José Martins dos Santos e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de maio de 1999.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Proceder a Estudos sobre o Endividamento do Estado

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauro Lobo, Maria Tereza Lara, Paulo Pettersen e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/5/99, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem assuntos atinentes à Comissão.

Sala das Comissões, 4 de maio de 1999.

Eduardo Hermeto, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição Nº 6/99

Comissão Especial

Relatório

A proposta de emenda à Constituição em comento, de autoria de 1/3 dos Deputados desta Casa, e tendo como primeiro signatário o Deputado Wanderley Ávila, busca dar nova redação ao inciso III do art. 184 da Constituição do Estado e acrescentar parágrafo ao mesmo artigo.

Publicada em 6/3/99, vem a matéria a esta Comissão Especial para receber parecer de 1º turno, conforme reza o art. 201 do Regimento Interno.

Fundamentação

O objetivo precípua da emenda à Constituição em exame é alterar o art. 184 da Constituição mineira, dando nova redação a seu inciso III e apondo-lhe um novo parágrafo.

O art. 184 trata das possibilidades de intervenção do Estado nos municípios. O inciso III, especificamente, determina a intervenção quando "não tiverem sido aplicados, no ano, pelo menos vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino". A nova redação que se propõe acrescenta ao referido inciso a expressão "sendo permitida a compensação da diferença no exercício seguinte". Portanto, vemos que a preocupação fundamental é a de evitar a ação mais drástica da intervenção, permitindo-se às autoridades executivas municipais o direito a compensar, no exercício seguinte, as quantias porventura não aplicadas em determinado ano.

Em virtude dessa alteração, mister se faz acrescentar parágrafo ao art. 184, estabelecendo que "o não-cumprimento pelo Município do disposto no inciso III deste artigo implicará a compensação automática da diferença apurada no exercício seguinte".

Ora, em princípio, consideramos muito justa a proposição. Como argumentado na justificação que acompanha a proposta, pode ocorrer de, em determinado ano, o município não conseguir aplicar esse mínimo constitucional pelos mais diversos motivos. Por que não se permitir que a compensação seja feita no exercício seguinte? No entanto, em que pese ao mérito da proposta, somos obrigados a negar-lhe aprovação. E o fazemos por razões de ordem constitucional.

Com efeito, a determinação de que o Estado deve intervir no município que não cumprir o disposto no art. 212 da Constituição Federal, que determina a aplicação de no mínimo 25% da receita resultante de impostos, incluindo-se aí o montante das transferências, não é oriunda do Diploma Estadual. A Carta mineira nada mais fez do que transcrever o disposto no art. 35, inciso III, da Carta Magna.

Por outro lado, importa verificar que a Lei Complementar Federal nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB -, determina que os prazos para apuração da aplicação dos mínimos constitucionais sejam fixados em trimestres, sendo obrigatória a compensação, no trimestre subsequente, do percentual eventualmente não aplicado. Isso está expresso no art. 69, § 4º, da referida lei. E mais grave ainda: o § 6º do art. 69 da LDB estabelece sanções na hipótese de atraso na liberação de recursos, que serão acrescidos de correção monetária, sujeitando-se as autoridades competentes à responsabilização civil e criminal.

Essas considerações nos permitem verificar que a proposta de emenda ora examinada peca pelo vício de inconstitucionalidade, pois fere fundamentalmente o art. 35, III, da Constituição Federal e as normas específicas constantes na Lei Complementar Federal nº 9.394, de 1996.

#### Conclusão

"Ex positis", somos pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/99, no 1º turno.

Sala das Comissões, 29 de abril de 1999.

José Alves Viana, Presidente - Antônio Carlos Andrada, relator - Sargento Rodrigues.